



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 **7ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Uruguai**  
2 Ao sétimo dia do mês de julho do ano de dois mil e quinze, na UNIJUÍ, Campus Santa Rosa.  
3 **MEMBROS PRESENTES:** Comitê Ijuí - Luis Augusto de Almeida Persigo; Comitê Ibicuí - Ivo  
4 Mello; Comitê Turvo - Marcos P. Scherer; Comitê Butuí-Icamaquã - Lúcio Simões Aquino;  
5 Comitê Santa Maria - Eldo Frantz; Comitê Apuaê-Inhandava - Vanderlei Decian; Comitê  
6 Passo Fundo - Claudir Alves; Comitê Piratinim - Lauro Remus; SEMA - Fernando Meirelles.  
7 **AUSENTES:** Secretaria de Obras Públicas; Comitê Rio Negro e Comitê Quaraí. **DEMAIS**  
8 **PRESENTES:** Valéria Borges Vaz – Comitê Pardo; Kélen Scherer da Costa – Comitê Passo  
9 Fundo; Lisiane Porto – Comitê Santa Maria; Lenison Maroso – Comitê Apuaê-Inhandava;  
10 Luis Carlos dos Santos – APARG-SLG; Leonardo Silveira Farias da Silva – Comitê Piratinim;  
11 Luciano S. Alegre – Comitê Butuí-Camaquã; Adilson Steffen – Comitê Turvo; Mariza Beck –  
12 Comitê Ibicuí. **1. Aprovação da 6ª Reunião Ordinária CTU** - aprovada sem ressalvas. **2.**  
13 **Cronograma de Reuniões 2015** - 10 de setembro, cidade de Quaraí, sobre o SWAT  
14 (Programa de modelagem para grandes bacias). 01 e 02 de outubro: Reunião CTU em  
15 Salto, Uruguai. Aproveitando para participar da reunião e discussão para a criação de um  
16 futuro Comitê Tri nacional. O Uruguai quer chamar os argentinos e, junto com o Brasil, ser  
17 colocado dentro do Tratado da Bacia do Prata. O Uruguai tem preocupação com a qualidade  
18 da água por causa do lançamento de dejetos nos rios (suinocultura, pecuária) por parte dos  
19 brasileiros. Os uruguaios entraram em contato oficial com os gestores do DRH para tratar do  
20 assunto da poluição das águas dos rios transfronteiriços. O Itamaraty não vai se mexer sem  
21 a pressão de entidades específicas e do interesse internacional. Havia uma Comissão  
22 tratando sobre este acordo, mas não avançou, sendo então a hora de retomar as tratativas  
23 de acordo. De acordo com o Meirelles, a Região do Uruguai foi indicada para receber  
24 investimentos do Banco Mundial para geração de energia a partir de dejetos, devido ao  
25 potencial de resíduos produzido. 03 de outubro – Dia Interamericano da água. 04 a 09 de  
26 outubro – ENCOB – Caldas Novas – Goiás, dia 20 de novembro - reunião CTU na bacia do  
27 rio da Várzea. Em caso de impedimento, na bacia do Apuaê-Inhandava. **3. Manutenção**  
28 **dos Comitês: IN SEMA/Ordem de Serviço/Plano de Trabalho** - Convênio Butuí – Ainda  
29 não foi dado retorno se o Plano de Trabalho está correto ou se ainda há mudanças a fazer;  
30 Convênio Piratinim - o Eng. Agr. Lauro Remus, coordenador da Comissão Provisória disse  
31 que faz 1,5 anos que a diretoria foi destituída por falta de atividade e recém agora esta  
32 sendo retomado com o processo de eleição. A coordenadora do FGCB Valeria Borges disse  
33 que está sendo agendada audiência com a SEMA/CAGE/DIFIN para tratar sobre este  
34 assunto. Mariza Beck disse que na última reunião do CRH, expôs a situação dos comitês e  
35 a interferência exagerada no modus operandi dos comitês de bacias, extrapolando a  
36 competência de auditar a prestação de contas dos colegiados. **4. Plano Estadual de**  
37 **Recursos Hídricos e Agência Delegatária** - Meirelles explicou as mudanças propostas  
38 pelo Governo. Pela primeira vez, a Assembleia Legislativa perguntou qual a posição dos  
39 Comitês sobre a alteração na legislação com interlocução tanto para a Valeria (FGC) como  
40 para Ivo (Ibicuí). CBH Turvo comentou que a sua plenária, embora com opinião contrária do  
41 seu presidente, não concordou com a mudança. O CBH Apuaê manifestou que a alteração  
42 veio pra melhorar. Acredita que os comitês contrários à PL 109 estão emperrando estas  
43 mudanças. A Lei deverá ser aprovada na Assembleia Legislativa. Lembrou que o Apuaê foi  
44 o primeiro comitê de bacia a cobrar pelo uso da água, num processo aprovado pelo CRH  
45 (Secretário Corbellini). Não avançou sob a desculpa do governo de não ter onde colocar o  
46 recurso arrecadado. Questiona sobre o uso destes recursos para cobrir os custos das ações  
47 que são propostas no plano de bacia. Meirelles disse que a SEMA não consegue gastar os  
48 17 milhões/ano do orçamento disponível. O DRH apenas faz o que o CBH decide, pois os  
49 gestores são os comitês. O Termo de Referência tem que ser homologado pelo comitê.  
50 Encaminhamento: A Câmara Técnica da Região Hidrográfica do Uruguai no Conselho de  
51 Recursos Hídricos solicitou incluir, no art. 19 da 10.350/94 que trata das competências dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

52 comitês de bacias, a atribuição de escolher e aprovar a agência que atuará no âmbito das  
53 suas bacias hidrográficas. O diretor Fernando Meirelles concordou em encaminhar o pedido  
54 à Secretaria Executiva do CRH. Sobre a PL 117 – Os critérios de outorga são definidos pelo  
55 Comitê de Bacia. A base técnica é dada pelo DRH. A Fepam só emitirá a portaria após  
56 consulta ao sistema. Com relação aos critérios de outorgas, Meirelles destaca que os  
57 Comitês precisam estar preparados para tomadas de decisões (Qual o prazo de validade de  
58 cada outorga? Qual a porcentagem da vazão do rio que pode ter outorga automática; Q90,  
59 o que é?...). Propõe encaminhar via FGCB solicitação de oficinas de capacitações de  
60 nivelamento de conhecimento para 2016. Ressaltou que o empoderamento que está se  
61 encaminhando para as decisões dos Comitês irá aumentar e, conseqüentemente, acirrarão  
62 as disputas para ocupação das direções. Devemos estar preparados e qualificados para  
63 exercer a gestão de fato. Meirelles explica que o novo processo de outorga estará sendo  
64 testado em breve. O ICA será substituído, com a lógica de facilitar a vida do usuário da  
65 água. Lembra que a outorga é analisada por bacia e não por município, o que impede que  
66 esses possam emití-las. **5. Comitê Federal do Uruguai** - Última reunião em 2013 no  
67 ENCOB. Em 2012 foi em São Borja. Os comitês juntaram os documentos de adesão das  
68 prefeituras e entidades da sua região. O trâmite ficou parado no SDS-SC e no DRH-RS.  
69 Anuência do governador não foi buscada. A CTU quer seguir com o processo e ir até a Casa  
70 Civil para conseguir a assinatura do governador do RS e incentivar que se faça o mesmo  
71 com SC. A CTU e o CRH são os entes públicos que podem ter poder político para sugerir  
72 pauta com o governo. Vanderlei (CBH Apuaê-Inhandava) e Ivo (CBH Ibicuí) são os  
73 coordenadores do RS para o Comitê Interestadual do Uruguai e podem fazer pressão em  
74 separado, também. Segundo Meirelles, o Pacto já está na Casa Civil consolidando o ato  
75 administrativo, faltando, então, o ato político, que começa pelo movimento da CTU. Ivo Mello  
76 e Meirelles propuseram-se a encaminhar este assunto direto com a Secretária Ana Pellini. **6:**  
77 **Assuntos Gerais** - Representações nas CTs e CRH. - Conforme acordado na reunião do  
78 FGCB, as indicações para a composição das CTs e CRH deverão ser discutidas no âmbito  
79 às CTs de região. Inicialmente foi solicitado ao coordenador da CTU que encaminhe ao  
80 CRH a possibilidade de regulamentação das CTs com a composição oficializada por  
81 Resolução. Para designação, foram consultadas as resoluções que normatizam as CTs: Res  
82 CRH 43 e Res 59. Verificamos que a composição é firmada com no mínimo seis entidades,  
83 sem referência de quantas são destinadas para os comitês de bacias. Desta forma, optamos  
84 por atender ao estabelecido para a composição do CRH, destinando 2 vagas para comitês  
85 de cada uma das três regiões hidrográficas. Após discussões, conduzida pela secretária do  
86 CBH Ibicuí e do FGB - Mariza Beck, a CTU manifestou-se pelas seguintes indicações: CRH:  
87 Vaga 1 T: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo e S: CBH Santa Maria; Vaga 2 T: CBH Passo  
88 Fundo e S: CBH Ijuí; CTIJ: Vaga 1 T: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo e S: CBH Passo  
89 Fundo e Vaga 2 T: CBH Santa Maria e S: CBH Quaraí; CTPA: Vaga 1 T: CBH Passo Fundo  
90 e S: CBH Santa Maria; Vaga 2 T: CBH Ijuí e S: CBH Turvo Sta Rosa StoCristo CTAS: Vaga 1  
91 T: CBH Ijuí e S: CBH Ibicuí Vaga 2 T: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo e S: CBH Apuaê  
92 Inhandava; CTPERH – criada pela Resolução 152/2014, já traz a composição, mas ainda  
93 não houve nenhuma reunião. Pede-se que o CRH proponha a sua instalação. Ficou em  
94 aberto a ocupação da vaga para Comitê Transfronteiriço da região do Uruguai no CRH.  
95 Outros Conselhos: CONESAN, CGIR, CONGAPES, Colegiado Coordenador do FNCB ficam  
96 com as mesmas indicações, haja vista não terem se reunido com a atual composição.  
97 Chamado a atenção da importância em reativar o Pedrah - Comitê Gestor da Política  
98 Estadual de Desenvolvimento das Regiões afetadas por Hidrelétricas, tendo o atual  
99 ocupante de uma das duas vagas titulares, CBH Apuaê-Inhandava, manifestado interesse  
100 em manter-se, bem como o CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo pleiteia ocupar vaga suplente  
101 quando reativado. Meirelles irá encaminhar este assunto para a Secretária Ana Pellini.  
102 Sobre a pesca do dourado – Ivo Mello – Conflito de uso da água, já há alguns anos sendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

103 discutido no âmbito da bacia do Rio Ibicuí, acompanhou audiência pública na Câmara de  
104 Vereadores de Itaqui e traz para a CTU a solicitação de estudos convincentes que atestem  
105 que a espécie ainda encontra-se em extinção. Enquanto não se tem o resultado destes,  
106 propõe-se que a Bacia do Ibicuí seja considerada berço do Dourado, permitindo que o Alto  
107 Uruguai cumpra a sua vocação para a geração de energia. O CBH Ijuí considera que o  
108 assunto deve ser tratado de forma regional; o CBH Turvo lembrou que havia uma estrutura  
109 comercial que favorecia aos pescadores, mas que foi desmontada, após 13 anos de  
110 proibição da pesca; o CBH Sta Maria comentou que na bacia do Rio Negro a pesca ilegal  
111 por pessoas alheias à região vem causando conflitos; o CBH Butuí falou que por ser  
112 predador, o dourado está acabando com as outras espécies que podem ser pescadas.  
113 Meirelles observou que uma das prioridades do atual governo é a geração de energia,  
114 principalmente advinda das PCHs. Sugere, então, que a CTU encaminhe ao CRH pedido de  
115 estudos sobre a população do Dourado e do Surubim no Rio Uruguai, com monitoramento  
116 de no mínimo três anos para obtenção das primeiras estatísticas, financiados pelo FRH com  
117 o orçamento deste ano ainda. Enquanto isso, sugere que seja organizado, com urgência,  
118 um seminário para traçar uma política de manejo para estas espécies, com a participação da  
119 Unipampa (Uruguaiana), a URI e a Unijuí. Sobre a CTPA - Eldo Costa- Levanta questões  
120 sobre atuação da CTPA que perde o foco quando tira a irrigação do planejamento de uso  
121 dos recursos, sendo este o fundamento da criação do FRH. Comenta que o Manual de  
122 Aplicação do FRH não passou na CTIJ e que deveria ser alterado. Sobre a CTIJ – Que a  
123 Resolução 28 sobre eleições dos Comitês já passou na CT e que já deveria ter sido  
124 passada para os comitês de bacias. Sobre CAR e outorga – Preocupado com a vinculação  
125 da adesão ao CAR com a emissão da outorga por considerar que o cadastro Ambiental  
126 Rural ainda deverá sofrer adiamentos. Meirelles explicou que em agosto de 2015 o sistema  
127 de outorga deverá estar funcionando. Em maio de 2016 estará vencendo o prazo de  
128 inserção das propriedades no CAR. A partir daí a outorga vai ser fornecida para quem já  
129 tiver o CAR, pois os programas se ligam e importará as informações do banco de dados de  
130 um para fazer o outro. Ivo comenta que ainda há inconsistências no CAR no que se refere a  
131 pequenas supressões vegetais, mas que o DBIO já está fazendo as alterações necessárias.  
132 Sobre adequação das barragens na lei de segurança (ANA) - Pede capacitação de técnicos  
133 e a proposta de um projeto piloto no Estado. Sobre Planos de Bacias - Meirelles - A Patrícia  
134 esta trabalhando nos convênios e depois vai trabalhar com os TRs e lançar os planos de  
135 bacias. As consultorias estão sem trabalho e haverá bastante concorrência. Butuí e Ijuí  
136 estão na pauta. O Ibicuí terá a fase C, para isso tem que dizer se estão consolidadas as  
137 fases A e B. Se não, tem que ter recursos para revisar as fases antes de começar a fase C.  
138 Os valores para 2016 do convenio de manutenção deveriam ser ampliados para esses  
139 comitês, pois com certeza haverá mais gastos. A mobilização será de responsabilidade dos  
140 comitês. Assinatura de convênios deve ser feita até 27/07/15. A lei 13.009/2015, que  
141 estabelece o tipo de relação entre o público e o privado, irá mudar a modo de Convênio para  
142 Termos de Cooperação entre as partes. Outra orientação importante dada pelo diretor do  
143 DRH é que durante o processo de planejamento, as pesquisas públicas para definir qual a  
144 qualidade da água (etapa A) queremos para a BH, deve deixar bem claro para a população  
145 o que vai acontecer na etapa C, isto é, quanto vai custar manter a água naquela qualidade  
146 que foi decidida na etapa A. Ainda, e encerrando, o CBH Turvo solicitou que fossem  
147 mantidos os pontos de monitoramento usados durante as Fases A e B do Plano Solicitou  
148 manter campanha de monitoramento para 2015 e contratação da Etapa C para 2016. Santa  
149 Rosa, 17 de julho de 2015. Ata redigida por Mariza Beck, com contribuição de Valeria  
150 Borges Vaz e Lúcio Simões Aquino.